

**De Roma a Évora, com André de Resende:**  
**Cidade e “Património” na *História da Antiguidade da cidade de Évora*<sup>1</sup>**

Susana Matos Abreu<sup>2</sup>

Hoje, de tanto se pensar, escrever e falar sobre a Cidade e o Património, o resultado das nossas acções sobre estas realidades materiais esclarece-se por um cruzamento de registos em que aqueles se percebem vivos, pensados, ou “lidos”. As influências parecem recíprocas: a cidade fornece o material que a obra literária pensa; mas acolhe e fermenta o pensamento sobre si própria, regenerando-se em conformidade com os paradigmas que este estabelece.

Apresenta-se aqui um estudo de caso numa perspectiva comparatista, no qual, entre a realidade material da urbe e a escrita sobre ela com enfoque no seu património, se divisa a influência de certos paradigmas históricos e literários que rodeiam a mesma temática. O presente caso convida a uma viagem de Roma a Évora, tendo por pano de fundo o tecido histórico-literário do século XVI. Munidos da *História da Antiguidade de Cidade de Évora*, da autoria de André de Resende, procuramos interpelar os caminhos pelos quais andava o pensamento sobre a Cidade e o seu Património no Portugal Quinhentista, e como este eventualmente resultaria em acções materiais sobre a cidade enquanto estímulo antinómico de preservação e mudança. Algo autónomo, mas necessário para cabalmente entender esta complexa relação, é o debate em torno dos *spogli*, fragmentos lapidários, escultóricos ou arquitectónicos retirados de construções antigas. Tratados como “património móvel” a partir do momento em que são descontextualizados, tornam-se objecto de “musealização” por entidades particulares, sendo às vezes regurgitados para a própria cidade, reintegrados num *display* urbano. O debate gerado no século XVI em torno destes testemunhos materiais do passado congrega novamente a dualidade dos registos histórico e literário aqui apontada. Só a abordagem destes na sua cumplicidade permite uma boa aproximação ao entendimento do “Património” e do seu valor para a sociedade de Quinhentos, bem como dos estímulos para a sua “preservação” e dos mecanismos, ainda inconsistentes, que a garantiram.

---

<sup>1</sup> O presente texto trata-se da primeira parte de um estudo mais alargado, a publicar em fases seguintes.

<sup>2</sup> Arquitecta (F.A.U.P.), Mestre em História da Arte (F.L.U.P.).

## I. O registo do Património: uma encomenda especial

É num qualquer final de ano de data imprecisa, algures entre as balizas de 1540 e 1543, que o conceituado humanista André de Resende (c.1498/1500-1573) se vê resgatado para uma tarefa especial: a redacção da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*<sup>3</sup>. Esta obra, terminada por volta de 1547, seria levada aos prelos em 1553 na oficina de André de Burgos, na mesma cidade, dando assim origem à primeira monografia impressa inteiramente dedicada a um município ibérico<sup>4</sup>. Além disso, este trabalho de Resende tornar-se-ia ainda na primeira obra peninsular impressa que promovia os estudos de *antiguidades*, nova disciplina intelectual que se dedicava à investigação de todos os vestígios materiais do mundo Antigo, cultivando o género literário que lhe era específico.

Na data em que escreverá o texto aqui em análise, André de Resende é já uma figura conceituada nos movimentos culturais europeus, de pesada bagagem académica adquirida em Portugal e nos centros universitários de Paris, Salamanca e Lovaina<sup>5</sup>. Viajante incansável, havia rumado a Itália antes de se fixar definitivamente em Évora no ano de 1534. Nesta rara oportunidade para o estudo de anticalhas de várias localidades de Espanha, André de Resende havia frutificado a sua observação em centenas de inscrições latinas coligidas no manuscrito *Antiqua Epigraphica*, que oferecera ao cardeal-Infante D. Afonso, em Outubro de 1533. Ainda entre Novembro e Dezembro deste mesmo ano, André de Resende fora a Salamanca com a real missão de chamar a Évora o célebre humanista Nicolau Clenardo, com o qual travara então conhecimento, o mesmo que, anos mais tarde, imaginando-se no trono de S. Pedro e reconhecendo a Resende o gosto e as fraquezas, declararia jocosamente que, entre outras hipotéticas medidas papais, lhe seria *“proibido andar a decifrar esses mármores velhos”*<sup>6</sup>. Ainda em 1540, André de Resende partira de Évora em peregrinação a Guadalupe, demorando-se a estudar as ruínas de Mérida e de Medellín. Será, porém, o conjunto do legado escrito de André de Resende que afirmará o seu autor, e para a posteridade, não só como polígrafo, exegeta, filólogo ou poeta (de acordo com a polivalência deontológica humanista), mas ainda epigrafista, coleccionador, arqueólogo e antiquário de notáveis créditos. O apodo que receberá séculos mais tarde, o de “pai dos estudos arqueológicos portugueses”, bem documenta o seu pioneirismo disciplinar e metodológico.

A encomenda especial desta *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, partida da Câmara da mesma cidade, ganha assim, pintado a traços largos o retrato do seu autor, foral de qualidade científica. Os objectivos concretos deste pedido são desenhados pelo próprio Resende, na dedicatória ao Senado com que preludia o texto: *“Vos me pediste que vos quisesse comunicar ho que do antigo de esta cijdade de Evora nossa patria, tinha alcançado e darvollo per scripto: para ho lançardes em tomo e memória”*. [fl. 4vº]. O que se pedia ao sábio dominicano tratava-se, concerteza, de uma compilação dos resultados das prospecções arqueológicas que o autor vinha fazendo na cidade

<sup>3</sup> Por economia de texto, passaremos a designar esta obra por *História* no interior do nosso estudo. Por razões idênticas, as notas indicativas dos fólhos da obra resendiana, relativos a passagens citadas ou analisadas no presente trabalho, passarão a incluir-se no corpo do texto entre parêntesis rectos ( [ ] ).

<sup>4</sup> Sobre a datação do manuscrito original, vd. SOUSA, Ivo Carneiro de – *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Estarreja: Casa do Livro, 1993, pp. 18-19. Esta *História* conheceria, ainda em Quinhentos, uma reedição em 1576, de estampagem terminada após o falecimento do autor. Correrão ainda outras impressões, de 1783, 1952-53 e 1963. [Id., *ibid.*, pp.3-4].

<sup>5</sup> O número de estudos sobre André de Resende é demasiado vasto para que estes possam ser aqui elencados. Uma boa resenha bibliográfica pode encontrar-se em SOUSA, *Op. cit.*, *passim*. Para algumas informações mais precisas sobre a actividade resendiana ligada à Antiquária, vd. também MOREIRA, Rafael de Faria Domingues – *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1991, p. 347 e ss. Tese de Doutoramento, policopiada.

<sup>6</sup> Carta de Nicolau Clenardo a João Petit (Fez, 21 Ago. 1541). CEREJEIRA, M. Gonçalves – *O Renascimento em Portugal*, I. Coimbra: 1974, p.335.

e no seu aro, com o registo das suas descobertas e a sua interpretação - pedido este que o humanista satisfaz inteiramente, incluindo nas suas mais latas e ocultas intenções.

### 1.1. Nexos contextuais

Os in-8º de 55 fólios da *História da Antiguidade da Cidade de Évora* são concebidos com clareza, de leitura simples e agradável, mas que o autor, com inegável subtilidade e excelente finura, eiva de sentidos políticos, cujos nexos apenas se percebem à luz da contextualização epocal que igualmente nos vai proporcionando. Antes de mais, percebe-se que por trás da encomenda desta *História* se esteia a crença de que " *hos homeens de leteras, com leteras servem a hos Reis e principes*" [fls. 1v-2], tal como se pode ler em voz do próprio Resende. Porém, se quisermos maior rigor no caso preciso, este serviço estender-se-ia ainda a outros mecenas, o que nos explica como a categoria socio-profissional de "humanista", e em particular o escolhido autor, haveria de parecer da maior utilidade à Câmara de Évora. É que, já o dissemos, ao pioneirismo monográfico da *História* anexa-se o pragmático, corporizado pelo empenho de um município português na inventariação do seu Património histórico, e ainda na sua divulgação sequente. A invulgaridade deste esforço leva a crer que esta iniciativa das autoridades civis locais se inscrevia num proto-entendimento daqueles bens como "mais valia", não porque se tratassem de marcos comunitários para preservação da memória local, mas sobretudo, ao que tudo aponta, porque seriam argumentos a esgrimir numa luta por certas ambições políticas. Os pergaminhos de antiguidade da cidade – nobilitantes, evidentemente – reforçariam o poder municipal eborense, altamente desejado porque em grande medida estabelecido no seio de uma comunidade de características sociológicas aristocráticas. Estes seriam ainda armas preciosas na luta da geografia concorrencial da época, travada entre cidades à cata de benefícios régios<sup>7</sup>.

Porém, e como alguns investigadores bem souberam ler, não só destas intenções trata a encomenda e o texto da *História*, o qual parece elevar-nos sobre este esquema, cerceado por ambições puramente locais, para outro plano, mais subtil, de alterar a geografia política do País.

Deverá ser recordado que o tempo em que se recolhem as informações exaradas na *História*, insuflado de grande vitalidade cultural e artística, coincide com um período singularíssimo da vida social eborense. O terremoto de 1531, que abalara com intensidade a cidade de Lisboa e obrigara a corte ao exílio na província, transformara a cidade de Évora em Capital provisória do Reino, por um período que se alongaria por cerca de sete anos. Este dado permite ler, de modo algo diferente, certo esforço promocional da região que se pode descortinar no texto entretecido por Resende, que parece sobejar àquele pedido feito pelas autoridades camarárias. Se, como diz o autor, " *Et certo que la teem ha antiguidades hũa sua graça & maiestade, per que de todos se faz têer en reuerencia. Donde veem que hos povooos tanto se hêa por de maior dignidades, quanto se podem mōstrar por de mais longa antiguidade*" [fl.4v-5], não lhe pareceria desusado casar a *História* da cidade com a sua privilegiada Geografia, isto para demonstrar uma conjuntura que ornava a cidade de Évora de qualidades ímpares no panorama nacional<sup>8</sup>. Portanto, àquele esforço de subida no *ranking* das cidades portuguesas que a *História* documenta, André de Resende junta uma clara emulação com a capital do Reino – Lisboa -, dando voz ao desejo corrente de certas facções sociais que almejavam a definitiva transferência do coração administrativo do país para a cidade transtagana, já em outras circunstâncias públicas

---

<sup>7</sup> SOUSA - *Op. cit.*, pp. 54-57.

<sup>8</sup> Vd. nota anterior.

insinuado<sup>9</sup>. A este título, note-se que tal estratégia, que emparceirava autoridades civis e humanistas empenhados num fim político com vistas comuns, tinha como precursores outros mais antigos que certas leituras obrigatórias dos homens cultos atestam, textos altamente politizados, dentre os quais, podemos ainda encontrar os “incunábulo” de uma disciplina nascente: a Arqueologia.

## 1.2. Paradigmas literários

O adejar de certas bandeiras políticas faz com que a obra de André de Resende ultrapasse, em muitos sentidos, certos modelos disciplinares já experimentados em outros estudos de *antiguidades*. Dentre estes, Resende bem poderia ter seguido o esquema do *Septem Mirabilia orbis et urbis Romae et Florentiae civitatis* (Roma: 1510) de Francesco Albertini, isto para citar um modelo bastante acessível em edição e cronologia, uma vez que se trata de uma encomenda directa do nosso rei D. Manuel ao humanista florentino. Esta obra, porém, se de conteúdo não muito diferente da resendiana ou de outras que nos interessarão mais, trata-se apenas de um tranquilo guia de bolso da cidade de Roma, que ilustra o passado Antigo da cidade ao viajante mais interessado, bem como as suas *mirabilia* cristãs medievais e modernas (milagres, relíquias e túmulos de santos), além. De nossa parte, sugerimos que se procure o modelo eidético da construção textual resendiana num recuo de várias décadas, rumando à cidade europeia que, de há um século àquela parte, mais se batia nos prelos por recuperar o brilho de uma antiga aura entretanto desdourada: a Roma do século XV, que se revia, ansiosa, no pálido reflexo material herdado da *Civitas Aeterna*.

A partir de 1420, com o fim do Grande Cisma e o restabelecimento do papado no coração de Roma, multiplicam-se esforços literários com o objectivo de restaurar o esplendor da cidade, numa clara afirmação das suas pretensões imperiais rescendentes da Antiguidade romana. Após os primeiros ensaios nesta linha, da autoria de Francesco Petrarca e Cola di Rienzo, marcam lugar nos prelos obras emblemáticas como a *De fortunae varietate urbis Romae et de ruina eiusdem descriptio* (1431-48) de Poggio Bracciolini, a *Roma instaurata* (1444-46) de Flavio Biondo, ou ainda o poema latino *Roma triumphans* (1452-59) do mesmo autor<sup>10</sup>. Nestes textos, tal como André de Resende fará na sua *História* quase um século mais tarde, usa-se o prestígio do passado latino para dourar o esforço do presente, o qual (nunca será demais salientar o facto), no momento é Cristão. Mesmo quando o discurso de algumas das obras italianas abrange apenas o passado latino-pagão da capital romana, enaltecendo-o estrategicamente em aspectos cruciais à causa político-cultural, faz-se emergir a consciência do seu estado superior contemporâneo com toda a jactância, sublinhando, pela imediata ausência na letra de forma, o esmagador peso de Roma no mapa geográfico da Cristandade.

É um discurso dúplici do mesmo tipo que encontramos na *História da Antiguidade de Évora* de André de Resende, embora aqui manifestado com clareza. Todo o texto se reparte por duas grandes áreas temáticas: romanidade e Cristianismo. Passemos-las rapidamente em revista.

<sup>9</sup> Tal como é hoje reconhecido. Vd. SOUSA – *Op. cit.*, pp. 54-58. Deste esforço promocional local, os humanistas da corte colheriam estímulos para um debate cultural mais abrangente alargando-o ao discurso político, com função de legitimar o poder régio (cada vez mais) absoluto. Idem, *ib.*, p.75 e 93.

<sup>10</sup> Chamamos a atenção para a existência, na Biblioteca Pública de Évora, dos seguintes impressos quinhentistas: FLAVIO BIONDO DA FORLI - *Roma ristaurata, et italia illustrata* [...]. Venetia: Per Michele Tramezziono, 1548. 1 vol. [cota: Séc. XVI- 2.644]; FLAVIO BIONDO DA FORLI - *Roma trionfante*. Venetia: Per Michele Tramezziono, 1548. [cota: Séc. XVI- 3.495]; FLAVIUS BLONDUS - *De Roma Instaurata libri tre* [...] de *Italia Illustrata* [...]. Venetiis: Bernardinum Venetum de Vitalibus, 1503. [cota: Séc. XVI- 4.260]. De notar ainda a existência de um *Mirabilia vrbis Romae* [...]. Romae: Valerius Doricus, 1535. 1 vol. [Séc. XVI – 1422].

O primeiro grande tema é magistralmente inaugurado por Resende com a apresentação de Sertório V ao leitor, “*valeroso capitão*” e caudilho dos Lusitanos (73 a.C. - Perpena, 72 a.C.), cujas vida e acção André de Resende descreve segundo o paradigma do herói romano. É a este guerreiro que se deve o verdadeiro “nascimento” da cidade de *Ebora*, já então uma colónia romana de situação jurídica privilegiada (que Resende outorga a Júlio César [fl. 16]), mas elegida por Sertório V para “*seu assento*” por ser “*de noble e grande povoo*” [fl. 9]. Na voz do autor, será a partir da organização da “*cohorte*” do herói lusitano, da qual faziam parte os soldados que o haviam ajudado a combater Roma, que a cidade receberá um impulso de crescimento, associando-se ao governo sertoriano grandes obras civis e particulares afirmativas da cidade enquanto centro político e militar.

Abordando tangencialmente os períodos históricos de “*decadência*” da cidade – o gótico e o mouro -, Resende passa ao mais longo discurso textual da obra, consagrando-o ao tempo em que Évora “*recebeo ha fee de nosso señor Iesu Christo*”, frisando que a adesão à nova crença acontecera “*ou primeiro que todas has outras cidades de Hispania, ou aho menos entre as primeiras*” [fl. 21 v]. Em capítulo anterior, Resende já afirmara Évora enquanto importante centro religioso peninsular por ter possuído uma flaminica, sacerdotisa “*nobilissima ha qual non soomente era flaminica de Evora, mas tambem de toda a Lusitania*”, a qual (explica o autor) “*en tempo dos gentios era, quomo en tempo dos christãos hos bispos*” [fl. 17v]. Um passado que augurava à cidade de Resende igual destaque enquanto centro religioso cristão.

O exemplo-mor dos alvares do Cristianismo é dado pelo autor através da figura de S. Manços, mártir apresentado como principal evangelizador da Península. Partido do Oriente em missão outorgada pelos discipulos de Cristo, achara em Évora gente dócil à conversão - como os mártires Vicente, Sabina e Cristeta - e desta cidade se fez primeiro bispo [fls. 21v-22, 23v]. André de Resende continua a sua narrativa com a reconquista cristã da cidade pela mítica figura Giraldo Sem Pavor, terminando emblematicamente a sua *História* por dois factos chegados ao tempo dos primeiros reis de Portugal: a instalação da Ordem de Avis na cidade e a restauração do bispado eborense. A menção destes factos aponta, entre outros sentidos, aquele que equiparámos aos textos italianos - o da supremacia cristã sobre os áureos tempos latinos da cidade<sup>11</sup>.

Esta paráfrase do texto da *História* permite ainda destacar outras cambiantes temáticas além daquelas a que o exercício terá servido de exemplo. Com estas, o texto de Resende parece irmanar-se com outros, igualmente correntes na Roma de meados de Quatrocentos, os quais continuavam a explorar o tema medieval da suplantação do vício pagão de Roma pela santidade Cristã<sup>12</sup>. Em nossa opinião, o aspecto primordial desta equiparação temática consiste na virtude de permitir uma outra aproximação, desta vez a certos aspectos modelares dos mesmos textos: aos novos caminhos metodológicos que abrem na História enquanto disciplina e ainda da sua deriva no esboço disciplinar da Arqueologia. É que estes estudos tendiam agora a incorporar uma leitura mais atenta dos textos clássicos que descreviam a cidade – refira-se que, a propósito de Évora, Resende cita Plínio, Estrabão, Antonio Pio, Pompónio Mela, Ptolomeu, Suetónio,... -, e ainda, facto de extrema importância, as novas evidências topográficas derivadas da sondagem dos vestígios arqueológicos<sup>13</sup>.

Neste ponto, as primeiras páginas da *História* oferecem que se faça um largo parêntesis. É precisamente nestas que André de Resende melhor revela a sua actuação a nível metodológico e que se aproxima daquela outra prática romana coeva. Em breves linhas de intenso colorido anedótico, Resende dá conta de certa desinteligência

<sup>11</sup> Vd. Sousa – *Op. cit.*, pp. 24 e ss.

<sup>12</sup> Aspecto do texto resendiano entendido por Ivo Carneiro de Sousa como a instauração de um renovado paradigma do discurso histórico, cultural e ideologicamente actualizado e funcional. *Op. cit.*, pp.29 e ss..

<sup>13</sup> Sobre o progresso literário neste sentido, vd. STINGER, Charles L. – *Roman humanist images of Rome* in GENSINI, Sergio (a cura di) – *Roma Capitale (1447-1527)*, (Colana di Studi e Ricerche, 5). San Miniato: Pacini Editore, 1994, p.24.

havia com o Bispo de Viseu, D. Miguel da Silva. Em traços gerais, tratava-se do facto de este prelado negar a existência de certo aqueduto que Resende defendia ter existido – o Aqueduto da Água de Prata – mais a sua filiação a Sertorio V, facto cuja veracidade Resende reclamava a ponto de ter convencido o Rei a reconstruir aquela estrutura<sup>14</sup>. Tal contenda obrigaria André de Resende a promover “campanhas arqueológicas” para provar a sua teoria. Algumas décadas após o episódio, o seu discípulo Diogo Mendes de Vasconcelos fixará o retrato do humanista a pesquisar, pessoalmente e com numerosa brigada de cabouqueiros, os alicerces do cano junto aos muros da barbacã e nos campos circundantes da cidade<sup>15</sup>. Nesta empresa, sabe-se, acabariam por ser relevados alguns vestígios romanos junto do lado ocidental da muralha, à data interpretados como os pegões dos arcos do aqueduto. Resolvida a querela, as obras de reconstrução do aqueduto terão avançado, tendo por base estes estudos arqueológicos<sup>16</sup>.

Esta sustentação mista das teorias resendianas, tanto alicerçada nos textos antigos como nos vestígios materiais, leva-nos a pretender filiar o seu modelo literário-metodológico na *Roma triumphans*, obra de Flavio Biondo da Forlì a que já fizemos menção<sup>17</sup>. Na *Roma triumphans*, por exemplo, ao procurar debuxar-se os caminhos portentosos pelos quais a Roma pagã preparou misteriosamente o advento e triunfo do Cristianismo, Biondo baseia-se nos seus extensivos conhecimentos da topografia da cidade antiga. Pesquisando visualmente os vestígios arqueológicos de edifícios e pavimentos estradais, reconstitui a rota da *Via triumphalis* romana, a qual defende culminar (oportunamente...) no Vaticano, no sítio exacto da Basílica de S. Pedro. Também Resende, ao falar de Évora, após descrever o glorioso “*stado desta cidade en tempo dos romanos*”, não se inibe, tal como Biondo o havia feito na sua *Roma instaurata*<sup>18</sup>, de registar o triunfo místico da Fé sobre as maravilhas do mundo Antigo: “*Hora se deste estado que sen duvida era noble, esta nossa cidade se pode gloriar certo que com muita mais razam se deve gloriar que recebeo ha fee de nosso Senhor Iesu Christo*” [fl. 21v.]. O autor logo prossegue no texto da sua *História* com a narrativa da vida e milagres do protoapóstolo S. Manços, escorado por uma prova arqueológica de alento: os vestígios da primitiva basílica construída pelo Santo para a sua pregação, que o humanista pretende ter identificado nos arredores de Évora<sup>19</sup>. Assim, a reboque da História escrita, surge a pesquisa arqueológica no campo das práticas.

### 1.3. Da *urbs* à *Civitas* na revalorização do Património

Os esforços de pesquisa arqueológica do aqueduto estavam certamente muito para lá da defesa da honra

<sup>14</sup> “*quomo eu declarei en hũa apologia ou resposta contra ho bispo de Viseu screvi: que extorvava a elRei nosso senhor tornar a trazer a dicta agua: dizendo lhe que nem ha agoa ca viera jamais, nem podia vijr nem Sertorio aqui stevera: nem ha obra era romana. [...]* contra ho que eu a su alteza tinha persuadido” [fls. 10v-11].

<sup>15</sup> VASCONCELOS, Diogo Mendes de - *Vida...*; ESTAÇO, Gaspar – *Várias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: 1625. Factos ainda relatados nas obras posteriores de Manuel Fialho, Francisco da Fonseca e Diogo Barbosa Machado, entre outros. Fruto desta campanha é ainda uma suspeita lápide comemorativa da primeira fundação daquela estrutura, cuja decifração epigráfica terá alimentado ainda mais a controvérsia de Resende com o prelado viseense.

<sup>16</sup> MOREIRA – *Op. cit.*, pp. 350 e ss.

<sup>17</sup> Ivo Carneiro de Sousa considera esta obra à luz do modelo de liviano-bruniano, negando-lhe, de resto, a paternidade. Vd. SOUSA – *Op. cit.*, p.47. Sobre a influência de Diodorus Siculus na *História*, cf. *Id., ib.*, pp. 49-50.

<sup>18</sup> Já no prefácio da *Roma instaurata*, escrita cerca de uma década antes daquela primeira obra, Biondo exaltava as magníficas arquitecturas dos antigos romanos na cidade, merecedoras de todo o louvor ainda que os seus construtores fossem idólatras, registando, porém, a glória dos mártires cristãos que, pelo seu sofrimento, as resgataram, e à cidade, da luxúria insana dos tiranos pagãos, assim triunfando.

<sup>19</sup> FERREIRA, Francisco Leitão – Notícias da Vida de André de Resende, in *Arquivo Histórico Português*, VII (1909), pp. 205-206.

científica do nosso humanista, de resto com créditos bem firmados no primado intelectual. Antes, são bem eloquentes da necessidade de comprovação pública da existência daquela estrutura com vista à sua reedificação, pelo que a resolução favorável da contenda com D. Miguel da Silva assume a maior importância para o autor. Tal facto estará muito mais próximo de ambições políticas do calibre das que vimos prenunciadas no texto da *História*, tanto que a colossal dimensão da iniciativa “refundadora” do aqueduto sertoriano, mesmo tratando-se de obra tão importante para a salubridade de Évora (sob a ameaça permanente de peste e febres mórbidas), foi já identificada como parte da estratégia joanina enquanto “teste” de um absolutismo crescente<sup>20</sup>. Resta por fazer, no entanto, a sua avaliação do ponto de vista simbólico-literário, de raízes mergulhantes na exemplaridade da acção papal, e cujo mérito caberá, em grande parte (assim o cremos) a André de Resende.

O paradigma que parece iluminar as decisões tomadas quanto ao aqueduto - as científicas e literárias de Resende, as políticas e construtivas do próprio Rei - parece fazer-nos recuar, uma vez mais, ao início do restabelecimento da corte papal na *Civitas Aeterna*. Desta vez, centremo-nos no vastíssimo plano de “restauros” urbanos empreendido por Nicolau V (1447-1455). Este plano ambicioso, demasiado complexo para que dele nos ocupemos aqui em detalhe, terá soado, sem qualquer dúvida, nos meios humanísticos antiquários. Dele isolemos apenas, em prol do desvelo dos modelos da *História* de Resende, os três grandes vectores e que se caracterizavam por medidas protectoras do Antigo: a reposição do aqueduto de Acqua Virginio em funcionamento, a reparação da muralha de Aureliano e o restauro pontual dos melhores edifícios da Antiguidade uma vez resgatados para o culto cristão<sup>21</sup>.

Este plano dava curso imediato a necessidades funcionais prementes. Impunha-se o restauro do aqueduto como medida sanitária básica e o reforço das muralhas como defesa primária contra a ameaça turca. Do mesmo modo, a reparação de certos edifícios antigos e a sua adaptação a novas funções, mais não significariam do que honestas medidas económicas. Porém, além destas virtudes pragmáticas, o plano aparece-nos igualmente pautado por uma rara inteligência do facto urbano e ainda do valor da obra singular no seio do tecido edificado anónimo. Àquelas estruturas singulares poderíamos hoje chamar “monumentos históricos”<sup>22</sup> isto apesar dos valores de (re)uso de que se viram dotadas e que parecem sobrepor-se a todos os outros. Trata-se de uma expressão anacrónica, é certo, mas que encontraria sentido, na nossa perspectiva, por se verificar que tais peças do plano papal conglobam marcos fundamentais do urbanismo romano, segundo uma plausível consciência do seu valor simbólico na enformação da *Civitas*. Não é já somente a morfologia da *urbs* que se pretende reencenar na corte de Nicolau V, mas a daquela estrutura material, mais complexa e que representa o Estado e o cidadão, bem como as relações entre um e outro. Esta é uma ideia que certas medidas de restabelecimento e consolidação de alguns eixos urbanos, tal como o da triunfal *Via Papalis*, vinca com precisão. Torna-se evidente que o restauro de certos edifícios emblemáticos de um

---

<sup>20</sup> Vd. nota 9 do presente texto.

<sup>21</sup> “Cinque grandi imprese erano fite nella mente del papa: il rassettamento delle mura urbane, degli acquedotti e ponti, il restauro delle 40 chiese cosidette stazionali, la nuova costruzione del Borgo Vaticano, del palazzo papale e della chiesa di S. Pietro.”, *Vita de Nicolau V*, de Gianozzo Manetti. *Apud* BORSI, Franco – *Leon Battista Alberti: L’opera completa*. Milano: Electa Editrice, s.d. [cop. 1973], p.37.

<sup>22</sup> A palavra grega para “monumento”, derivada de “memória” (*mneme*) estava relacionada com a memória, o “memorial”, enquanto que a palavra latina correspondente, “*monumentum*”, derivada de “*moneo*”, compreendia sentidos políticos e moralísticos, pretendia advertir e lembrar o espectador do poder dos governadores. Lembro que Françoise Choay data precisamente de 1420 o nascimento do “Monumento Histórico”, cuja designação actual apenas se fixará três séculos mais tarde. Cf. CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 38.

passado administrativo e cultural glorioso, do qual o presente histórico simultaneamente se orgulhava e emulava, funcionaria como auxílio precioso desta retórica.

Relembre-se que o texto da *História* de Resende é objectivo quanto ao efeito fundacional (ou re-fundacional) do facto urbano que advém da fixação de Sertório V na cidade transtagana. Resende ignora o nome do primeiro fundador do povoado [fl. VIII], mas é firme quanto à primazia de Sertório no despontar da sua vocação para verdadeira cidade. E isto, note-se, Resende justifica-o com apenas três construções que reputa da iniciativa de Sertório V, todas elas, porém, de altíssimo significado na perspectiva do modelo romano, não só do morfológico da *urbs*, mas do renascentista da *Civitas*: a construção do palácio do fundador<sup>23</sup>, o levantamento das muralhas da cidade e do aqueduto da Água de Prata [fls.9-10v]. Neste arrumado e conciso leque de exemplos ressaltam, a par da obra particular, certas “obras públicas” que atestam a magnanimidade do soberano, uma prática cada vez mais valorada na senda do Renascimento a partir do exemplo da Roma papal. Este reduzido número de estruturas, com vestígios então visíveis e que a autoridade arqueológica de André de Resende reconhecia, pareceu, enfim, suficiente ao autor para declarar o nascimento do facto urbano, sem necessidade de chamar à colação outros exemplos possíveis.

Um aspecto que poderá ajudar a compreender esta afirmação é o próprio o elenco destas “antiguidades” sertorianas, que plasma como funcionaria a cidade em termos das suas polaridades “monumentais” na altura em que Resende escreve, bem como se articulariam estas com o centro cívico da cidade moderna. Pois resulta óbvio, olhando a cidade actual, que estas três estruturas seriam altamente modeladoras da morfologia urbana local.

Altamente esclarecedor a este respeito é o ponto escolhido para o termo do aqueduto “reconstruído”. Estudos recentes aventam a hipótese de que inicialmente este teria sido a zona da antiga Acrópole romana, situada à cota máxima da cidade (302m), que André de Resende interpreta na sua *História* como o termo original do aqueduto romano, a partir de onde toda a cidade seria irrigada por acção da gravidade [fl. 10v.]. Esta decisão justificar-se-ia plenamente na perspectiva do rigor arqueológico, ao seguir a interpretação que o próprio Resende fornece através das prospecções que faz. No entanto, aquela teria sido reformulada, ao que tudo aponta, devido à onerosidade da técnicas a implementar para o feito<sup>24</sup>. Ou por comodidade financeira, ou por fundamentada decisão política de chamar o investimento ao estado das coisas, certo é que a puxada da água veio para a actual Praça do Giraldo, o coração cívico da *urbs* de então. Em detrimento da zona nobre da cidade de Sertório, destinada aos deuses, preferiu-se, portanto, o turbulento centro mercatório medieval, a “Praça Grande” ou “Praça Maior” nascida às portas da muralha romana, e que já na época imperial era o eixo urbano do burgo por excelência, ocupado pelo Fórum Cívico. O que não se justifica numa mimese da *urbs* romana, encontra plena justificação na estrutura da cidade moderna. Mais ainda, desde que o alargamento da área circunscrita pela muralha primitiva e, sobretudo, após importantes investimentos feitos desde o tempo de D. João II – a Cadeia Comarcã, o Palácio dos Estaus, o pelourinho, os Paços do Concelho<sup>25</sup>... - este largo se vira elevado à dignidade de verdadeiro centro urbano, regulador dos ritmos vitais da cidade.

É nesta mesma linha de pensamento que entendemos a exemplaridade da omissão do templo da Acrópole na lista das “antiguidades” de Évora. Edifício singular e de carácter monumental na sua fâcies e na interpelação do espaço envolvente<sup>26</sup>, era, contudo, desprezável nas suas ancestrais funções místicas pagãs (e nas de comércio de gado, que

---

<sup>23</sup> Na verdade, Resende refere uma “casa” [fl. 9v.], sendo o seu discípulo Diogo Mendes de Vasconcelos que lhe chamará “palácio”, localizando-o na Praça do Peixe.

<sup>24</sup> Esta é a tese de Rafael Moreira. Cf. *Op. cit.*, pp. 350-354.

<sup>25</sup> Uma elencação destes investimentos construtivos pode encontrar-se em ESPANCA, Túlio – *Évora*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, pp. 43-44.

<sup>26</sup> Facto intrigante, de que Ivo Carneiro de Sousa dá conta mas que lhe merece uma explicação diversa da nossa. Cf. *Op. cit.*, pp. 51-52.



acolhia desde o tempo de D. Afonso V). Este edifício teria sido substituído em tempos cristãos, e com melhor proveito, pelas igrejas a que Resende faz referência nos capítulos seguintes da *História*, e que o obliteram nas suas funções de representação cultural e urbana. A título de exemplo, note-se que, ainda pelos anos de reconstrução do aqueduto, o cardeal D. Henrique decide ampliar a ermida de St. Antoninho transformando-a na Igreja de Santo Antão que hoje conhecemos, uma digna testeira da Praça do Giraldo, de alto valor cenográfico.

Deste modo, a iniciativa de restauro do aqueduto – uma ideia que Resende chama a si no texto da *História* -, aureolada por outras acções de repristinamento de que a cidade foi estaleiro<sup>27</sup>, parece ler-se como uma nova medida “refundadora” da urbe sob os auspícios da autoridade régia joanina, agora a caminho de consolidação absolutista, que lhe reforçaria no plano simbólico, em continuidade com o passado latino cujo paradigma era Roma, o novo papel que se pretendia lhe fosse outorgado do ponto de vista político<sup>28</sup>.

## II. O entendimento possível do Património

Tanto antes como após a publicação do texto da *História*, a cidade de Évora vivia-se como um imenso estaleiro de renovo urbano, intervindo-se activamente em vestígios de carácter patrimonial, pelo que o texto de Resende surge, ora como resultado epigonal de uma mentalidade entretanto divulgada, ora em jeito de prelúdio da consolidação de um pensar e um agir que se vinham afirmando. Um aspecto deste texto que ajuda à indagação de uma proto-ideia de “Património” corrente à data é o registo destes pensamentos e acções no aparato histórico tecido em torno da meia dúzia de “monumentos” elencados no texto. Ainda que sumário, este discurso revela duas perspectivas cruciais para o entendimento do porquê das obras listadas: de um lado, a veia histórica, “positivista”, da matriz “científica” da metodologia resendiana, que considera essas construções enquanto objectos de saber de um tempo pretérito, dos quais interessam os aspectos “quantitativos” da informação; de outro, o discurso legitimador da nobreza da cidade, que pressupõe, a montante destes vestígios construtivos fundamentais, a sua apreciação qualitativa e semiológica para entendimento e redescoberta do espaço urbano do presente.

De certo modo, poderá dizer-se que este primeiro discurso representa a visão de um determinado grupo social sobre este “Património”: encabeçado pelo próprio André de Resende, ele testemunha um colectivo muito restrito, levado por mera curiosidade intelectual a encontrar objecto de ponderação nestes vestígios do passado, e por isso procurando preservá-los da deliçã do tempo enquanto meros documentos. Porém, a visão de repercussões mais actantes sobre estes materiais, vimo-lo já, parece poder achar-se antes no segundo discurso, o que corre entrelinhas, mas que desvenda afinal como o Estado e o cidadão particular se reviam na sua herança material, ainda na imagem que, através desta, procuravam imprimir à cidade. Nesta dupla via, será de notar que o enfoque preferencial de cada grupo de agentes incide, também ele, sobre objectos preferenciais, e que é o conjunto destes que a *História* agrupa tornando-se, com isto, seu porta-voz universal.

Assim, colocam-se várias questões: Que património é escolhido por Resende para satisfazer a elencagem pedida pela Câmara? E já agora, como concilia a sua visão pessoal sobre o “património” com a desta entidade, pautada por interesses que sobejam aos seus? Enfim, o que seria possível encontrar a montante e a jusante destas duas concepções, no plano das teorias e no plano das práticas?

---

<sup>27</sup> Das quais nos ocuparemos em outro lugar.

<sup>28</sup> Rafael Moreira reúne outros testemunhos literários, diferente dos nossos aqui apresentados, que fomentam a ideia de transformar Évora numa capital semelhante à romana e de cultivar a imagem do monarca à luz da de Augusto. Cf. MOREIRA – *Op. cit.*, pp. 326-346.

Uma vez mais, procuremos auxílio no texto da *História da antiguidade da cidade de Évora*.

## 2.1. Que “Património” para André de Resende?

De modo geral, o conjunto de todo o legado escrito de André de Resende congrega uma generosa síntese de vários interesses – a poesia, a epistolária, a oratória, a antiquária e o colecionismo... - derivados de diversas correntes de pensamento nascidas nos séculos XV e XVI, apesar de estas nem sempre terem sido coetâneas (como se viu nas fontes literárias do texto da *História*), ou até consentâneas<sup>29</sup>. *A priori*, este amplo leque de motivações pareceria afirmar o autor deste agregado como potencial figura de charneira entre duas mundividades, distintas mas dialogantes no que à antiquária em particular diz respeito: a do Humanista e a do Artista. Porém, atente-se no curto parágrafo em que Resende expõe as principais “obras públicas” sertorianas na cidade, o único, de resto, que dedicou às construções do património Antigo eborense:

*“mandou Sertorio cercar ha cijdade de cantaria lavrada, quomo se inda em muitas partes môstra, per onde e ha cerca velha, e assi fez trazer ha agua da Pratta a ho portico en ho mais alto da cijdade, donde se repartia per has regiões della” [fl.10v].*

O autor não fez acompanhar qualquer apreciação visual a este seco enunciado, como seria de esperar de qualquer antiquário seu contemporâneo, servindo o discurso auxiliar desta referência tão-só para legitimar, historicamente, aquela paternidade. Como neste exemplo, todo o restante discursar de Resende ao longo da *História* patenteia o divórcio entre o valor histórico-documental do edifício (ou vestígio antigo) e o seu valor estético.

Facto da maior relevância a este respeito é, uma vez mais, o manifesto desinteresse do autor pelo antigo templo da Acrópole romana, hoje justamente o *ex-libris* da cidade Évora<sup>30</sup>. Se bem que a conversão deste edifício porticado em açougues municipais tivesse obrigado ao emparedamento do intercolúnio durante a Idade Média - espartilho grosseiro, do qual o templo apenas se veria desenvolvido em 1870 pelo restauro de Cinatti -, não é crível que Resende ignorasse a existência dos seus belos capitéis coríntios, assentes em poderosas colunas eivadas de caneluras. De resto, o texto da *História* manifesta que Resende conhece bem aquela construção e que lhe atribui, inclusive, ancestralidade romana, pois a propósito do fecho do aqueduto sertoriano menciona “*ho portico en ho mais alto da cijdade, donde [a água] se repartia*” para várias zonas<sup>31</sup>.

Com as reservas a que a espessura temporal nos obriga, vemos nesta construção o vestígio romano que, de toda a cidade, mais espicaçaria uma certa admiração sensível ao olho treinado a ver o Antigo para lá dos sedimentos posteriores. Já não impressionado pela monumentalidade (como em frente ao aqueduto), ou pela robustez (como

<sup>29</sup> Vd. nota 4 do presente estudo.

<sup>30</sup> Este templo, provavelmente dedicado a Júpiter, foi interpretado de veneração a Diana na *Évora Ilustrada* do Jesuíta Manuel Fialho, ganhando com isto uma designação que lhe ficou desde finais de Seiscentos. Para a intrigante omissão apontada, que tanto tem surpreendido os estudiosos da obra resendiana, vejam-se ainda os motivos por nós apontados nas pp. 8-9 do presente estudo, sem prejuízo dos que seguidamente alegaremos.

<sup>31</sup> Rafael Moreira denuncia as semelhanças formais entre o templo e os *castella aquarum* romanos. O facto de o templo ter estado efectivamente rodeado de tanques (apenas redescobertos no século XIX) é, para o autor, um claro índice de que Resende terá feito prospecções arqueológicas em seu redor. [MOREIRA – *Op. cit.*, p.350]. Sobre a fonte octogonal que existiria no lugar onde se construiu o mosteiro de S. João Evangelista, nas imediações do templo, vd. ESPANCA, Túlio – *Cadernos de História e Arte Eborense. I. O Aqueduto da Água da Prata*. Évora: Livraria Nazareth & Filho, Lda., 1944, p.10.

olhando a cerca), qualidades estas mais instigadoras de vassalagem aos valores históricos que arquitectónicos, esperaríamos encontrar o autor, frente ao templo, deleitado de puro gozo estético<sup>32</sup>. Se não nos deveríamos deixar surpreender pelo facto - Resende nunca se afirma como esteta, mas sempre como literato – torna-se importante frisar o seu desinteresse pelos aspectos formais das arquitecturas sertorianas (ou quaisquer outras), o que não pode deixar de causar perplexidade no devir de outros contextos que adiante se referirão<sup>33</sup>.

Pelo facto de a dimensão estética dos vestígios arqueológicos cair fora dos interesses do autor, estes “monumentos” assumem-se, portanto, apenas como detentores de valor documental, porquanto legitimem um passado histórico. Tal constatação mostra André de Resende em linha com o pensamento dos humanistas de Quatrocentos, os primeiros que se dedicaram às Antiguidades embeudados do “efeito Petrarca”<sup>34</sup>. Para estes, como para Resende, são os textos clássicos, maximamente impressionantes do ponto de vista intelectual, que exigem uma fervorosa leitura filológica e crítica, funcionando os edifícios ou vestígios antigos apenas como mediação que autentica os livros. Esta hierarquia do valor dos vários documentos na construção do discurso histórico aparece em voz do próprio Resende na apresentação da sua *História*: “*Eu nom screverei salvo ho que achar por auctores dignos de fê, ou por scripturas de pedras ou o que nossos olhos inda podemos veer*” [fl.7v.]. O autor revela, assim, a primazia que dá aos textos antigos, depois aos testemunhos arqueológicos, e por último à sua própria interpretação visual. Não obstante, o maior número de “provas” físicas da sua *História* vem do levantamento e recolha de inscrições epigráficas – como o maior número de sujeitos do seu rol de *antiguidades* –, contrariando com isto o seu propósito de conceder primazia à consulta de textos antigos<sup>35</sup>. A título de exemplo, veja-se o peso destes materiais no processo científico resendiano, quando logo no fl. 6, na tentativa de estabelecer a etimologia *Ebora*, se escora no facto de que “*assi sta em hũo letreiro antigo en casa do capitão dos ginetes, e em tres que eu en minha casa tenho, e en outro na rua da sellaria, meio quebrado, e em hũa colũna per que se conptavam has milhas allem da Tourega per ha strada antigua que hia para Alcaçar*” [fl.6]. Os tempos da romanidade da cidade atestam-se pelo “*elegante letreiro, que haverá sex annos, se descobrio*” junto da casa “*que inda hagora se chama de Sertorio*” [fl. 9v], ou ainda pelo epitáfio da flaminica de Évora o qual, informa o autor, “*sta inda hagora en casa do capitão dos ginetes, por pectoril de hũa ianella*” [fl.17v.]. Além destes, pontificam ainda epitáfios de outros varões romanos notáveis, como aquele cipo que, diz Resende, “*eu en casa tenho*” [fl.19]. O autor vai mais longe e convoca para a *História* testemunhos lapidares dos arrabaldes da cidade e até de outras partes do país: um letreiro do tempo de Viriato achado em S. Bento de Pomares [fls.7v-8], uma pedra existente em Leiria “*que foi trazida da cijdade de Collippo: que hagora e destruida*.” [fl.18v.], ou ainda, no intuito de provar que Évora sempre foi sede episcopal, “*dous letreiros de letras ja barbaras*” que “*En minha casa tenho*” [fl.24], outro “*na see, [de Évora] en ho steo de fronte da capella da cruz*” [fl.45v], e ainda “*duas pedras que na see de lisbõa stã*” [fl.33-34].

A respeito desta concepção que o nosso humanista faria dos despojos arqueológicos, importará não perder de vista a cronologia do interesse cultural pelos vestígios da Antiguidade, na qual o das formas sucedeu ao das letras quase um século mais tarde. Porém, mesmo se nas obras literárias italianas a que já aludimos a propósito do texto

<sup>32</sup> Seria interessante dissertar sobre o interesse relativo deste edifício ao longo do tempo, tendo em conta que em 1544, no *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano* (Lisboa: Luis Rodrigues), pela pena de Francisco Moncón, merece o lugar de primeira entre os “*milagres del mundo*” Antigo, talvez a sua primeira menção qualitativa fora da resenha das antiqualhas da cidade. Igualmente seria interessante apurar em que data seria alvo, e pela primeira vez, de uma observação crítica das suas características formais.

<sup>33</sup> Em estudo sequente, a aguardar publicação.

<sup>34</sup> Como lhe chamou Françoise Choay. A autora chama criativamente “efeito Petrarca” e “efeito Brunelleschi” às vagas de entusiasmos que assolaram, em sucessivas cronologias, dois grupos distintos de intelectuais: humanistas (séc. XIV) e arquitectos (séc. XIV-XV). Estas culminariam, em meados do século XV, numa frutuosa síntese. Cf. CHOAY– *Op. cit.*, pp. 39-43.

<sup>35</sup> A este respeito, vd. SOUSA – *Op. cit.*, pp. 37-45.

resendiano, surgidas ainda em meados do século XV, se se testemunham os factos da história romana em primeira análise, revelam-se já os efeitos do diálogo fecundo estabelecido entre artistas e humanistas a partir das primeiras décadas do século. A este respeito, lembremos que a edição do manuscrito latino *De Architectura Libri Decem* de Marco Vitruvius Polio (c. 27 a.C.), impresso pela primeira vez em Veneza em 1486, foi o mais perfeito mediador entre ambos os grupos profissionais. No início, o principal interesse dos leitores vitruvianos consistiria na limpeza do texto antigo, muito corrompido por elementos espúrios ao longo da Idade Média, mais num exercício de apuramento linguístico do que de sua verdadeira interpretação. Porém, à sua leitura rapidamente se anexou a visita às ruínas dos edifícios romanos mencionados pelo texto, os quais eram medidos e comparados pelos humanistas com aquele texto em mãos, numa pueril satisfação de sublinhar a correcção das regras edilícias vitruvianas ou, pelo contrário, de descobrir a sua inexactidão. Certo é, por este exercício de autenticação histórica daqueles textos, mais tarde também praticado por artistas, que se descobriu o prazer de olhar as formas arquitectónicas clássicas, de as estudar, compreender, degustar e visitar mais tarde, pela *invenzione*, em elaborados exercícios intelectuais<sup>36</sup>.

Ao contrário dos exemplos literários mencionados, a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* mostra-se ainda não contaminada pelo entusiasmo que as qualidades estéticas dos vestígios antigos despertariam nos intelectuais europeus, fruto do seu convívio próximo com os artistas. Este facto, estranho no intenso clima cultural de Évora, à data verdadeiro cenáculo de artistas e intelectuais, merecerá ser explorado em outro lugar<sup>37</sup>.

## 2.2. A estética dos *spogli*

O esforço de André de Resende na recolha e colecção de inscrições lapidares chama-nos a atenção para a necessidade de abordarmos o fenómeno coetâneo do coleccionismo dos *spogli* o qual, embora acessório no moldar da imagem da cidade, esclarece o conceito de "*antiguidades*" e é importante na evolução dos conceitos de "Património". Os *spogli* são, como o nome indica, fragmentos escultóricos ou arquitectónicos Antigos (nos quais se incluem os epigráficos), resgatados de antigas construções ou jazidas arqueológicas para um ambiente que os descontextualiza do seu meio conatural. O sucesso da actividade de recolha de fragmentos escultóricos Antigos, nascida da curiosidade intelectual, rapidamente se tornou uma moda amplamente divulgada no topo da pirâmide social europeia. Este facto parece assentar na dupla objectualização sofrida por tais vestígios, tanto evocadores do perdido sentido histórico do mundo Clássico, sobretudo romano, como evocadores da sua estética que agora se redescobria com inusitado prazer.

Para os humanistas, por exemplo, o estudo destas peças, sobretudo as epigráficas, ajudava a desbravar caminhos na Filologia, na Arqueologia e na História clássicas, assumindo valor documental enquanto testemunhos fidedignos do passado. Contagiado por esta moda erudita, André de Resende havia-se tornado num ávido compilador de tais testemunhos seguindo a concepção humanista, o que bem exprime a sua colecção de epitáfios e letreiros, ecléctica na cronologia e na temática. Tal como a sua colecção particular é revelada no texto da *História*, o entusiasmo do autor pelos testemunhos lapidares latinos estendia-se também àqueles representativos dos alvares do Cristianismo, compondo com eclectismo um conjunto de peças que, neste particular, se poderia equiparar ao reunido pelo cardeal

---

<sup>36</sup> CHOAY - *Op. cit.*, p. 43.

<sup>37</sup> É significativo que nos textos sobre "*antiquilhas*" eborenses, só Diogo Mendes de Vasconcellos em 1593 demonstrará pela primeira vez (excluindo rigorosamente o caso excepcional de Francisco da Holanda) atributos do discurso ligados aos valores eminentemente plásticos das construções antigas. Vd. VASCONCELLOS, Diogo Mendes de – *Livro V do Município Eborense*. Évora: Martim de Burgos, 1593.

Pietro Barbo (a primeira desta natureza), testemunhando, como se viu já, um interesse particular em descobrir nestes materiais os meandros da História local.

Para alguns, porém, os vestígios escultóricos ou arquitectónicos permitiam o estudo da arte romana. Tê-los à mão significava potenciar a sua observação, medição e desenho, e, finalmente, a sua imitação ou cópia. Para outros ainda, a colecção destes *spogli* era sobretudo realizada em função do deleite que certas peças podiam conceder, sobretudo os fragmentos escultóricos de incedível qualidade, os quais, mesmo em tempo de abundância de tais vestígios, podiam atingir preços altíssimos no mercado especializado. Portanto, mais do que objecto de estudo e recreação, ou até moeda de troca, tornam-se sinais visíveis de riqueza e prestígio social, estreitando este último a uma linha cultural precisa. É assim que, muitas vezes, agentes de diferentes motivações partem para uma actividade comum, atingindo porém mais tarde resultados distintos no colectivo das peças reunidas e, evidentemente, no seu aparato expositivo.

Grande parte dos estudiosos optaria por arrumar as peças da sua colecção num *display* algo discreto, escolhendo normalmente dispô-las no remanso privado dos jardins de suas casas, tal como André de Resende terá feito na sua quinta nos arredores de Évora<sup>38</sup>. Os colecionadores de maior calibre, guiados por um mais fino e avisado sentido estético (ou maior poder económico), optariam tipicamente por uma exibição cuidada da sua colecção, muitas vezes suportada por estruturas arquitectónicas construídas *ad hoc*. Este mostruário, que tornariam mais ou menos pública a visualização das suas aquisições, ia desde a galeria de jardim à incrustação na fachada urbana das suas casas. Sem surpresa, é na Itália de sedimento romano, onde abundavam os fragmentos arquitectónicos e escultóricos de mais rara qualidade, onde vemos este fenómeno ganhar maior expressão: os *spogli* eram recolhidos por artistas e expostos em privado (como o caso de Andrea Mantegna), um gesto copiado e amplificado pelos Medici, os Este, os Gonzaga, os Sforza ou ainda os sucessivos Papas, num crescendo de visualidade “pública” das suas colecções. O cardeal Pietro Barbo, por exemplo, recolheu um conjunto de peças que daria origem ao primeiro museu público de Antiguidades, este inaugurado em 1471 no Palazzo dei Conservatori do Monte Capitolino. Mais tarde, já na dignidade de papa Paulo II (1464-71), Barbo faria construir o Palazzo Venezia como galeria para expor a sua colecção. Além deste, Julio II (1503-13) comissionou a Bramante um jardim suspenso na Villa Belvedere do Vaticano, para nele dispor uma série de estátuas antigas altamente seleccionadas. Estes são apenas exemplos de maior monta entre tantos possíveis, pois um dado estatístico revela que poderia estimar-se a existência de cerca de quarenta colecções desta natureza na Roma de finais do século XV, numero que cresceria notavelmente durante o século seguinte<sup>39</sup>.

Também a Évora já chegara, antes ainda da influência cultural de Resende na cidade, esta moda importada de enobrecer a construção pública e privada com a reciclagem de materiais arqueológicos, sobretudo epigráficos, fazendo-os ostentar nas fachadas do edificado, longe da sua contextualização original<sup>40</sup>. Já o texto da *História* informa de apropriações de materiais antigos em construção nova, no propósito claro de “enobrecer” as fachadas urbanas. Tal é o caso do epitáfio latino que André de Resende documenta encontrar-se “*en casa do capitão dos ginetes, por pectoril de húa ianella*” [fl. 17v.].

<sup>38</sup> VASCONCELOS, Diogo Mendes de – Vida de L. André de Resende, in FARINHA, Bento José de Sousa - *Colleçam das Antiguidades de Evora*, Lisboa: Na Oficina de Filipe da Silva e Azev., 1785, p. 28.

<sup>39</sup> JOKILEHTO, Jukka – *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999, pp. 22-23.

<sup>40</sup> Pode dar-se o exemplo recuado de um pedido dirigido pelo rei D. Afonso V à Câmara de Évora com data de 1467 para dar ao fidalgo Soeiro Mendes “*duas pedras que estam nos açougues dessa cidade pera uns antipeitos de huas janellas que faz em as suas casas...porque as ditas pedras aproveitam pouco honde estam e em as ditas casas faram muyto, e ainda he nobreza as cidades averem em ellas boas casas como as do dito Sueiro Mendes*” [VITERBO, F. Sousa – *Dicionário*, I, p.307.]

Refira-se, a este propósito, a sobeja influência modelar que terá vindo do facto de aquele nobre passatempo resendiano se ver prestigiosamente sublinhado por idênticos interesses dos Infantes, irmãos de D. João III, seguindo uma esfera de influências que honra André de Resende na possibilidade de os ter orientado nas suas colecções. D. Afonso (de quem Resende foi criado), D. Henrique (de quem foi criado após a morte de D. Afonso) e D. Luís (pupilo de Resende) guardavam estima a alguns fragmentos escultóricos ou outras peças arqueológicas, tal como certos cronistas no-lo informam. À sua volta gravitariam ainda outros estudiosos empenhados na observação sistemática das *antiguidades*, como o cónego Gaspar Barreiros, ou até o jovem pintor Francisco de Holanda, cujos conhecimentos de epigrafia haveriam de ser muito elogiados pelo mestre André de Resende<sup>41</sup>. Decisiva para todos estes coetâneos terá sido, concerteza, a acção modelar do anterior bispo de Évora, D. Afonso de Portugal (1485-1522), filho natural do Conde de Ourém e grande apreciador de antiguidades, tal como o pai. Àquele se deve um notável conjunto de peças colhido de todo o país, dividido por duas colecções lapidares expostas nas suas quintas de Valverde e de Sempre-Noiva, ambas nos arredores de Évora<sup>42</sup>. A exemplo do tio, também os infantes incrustaram este tipo de monumentos em realizações arquitectónicas do seu empenho, de que poderá servir como exemplo o Convento do Bom Jesus de Valverde, erigido em 1545<sup>43</sup>. Estas acções tratavam-se, como nos dirá Diogo Mendes de Vasconcelos cinco décadas mais tarde, de operações de “embelezamento” desses edifícios. Porém, apesar de certas peças do Cardeal D. Afonso e dos Infantes terem recebido um tratamento do tipo acima descrito, não é claro o objectivo da sua recolha. Se os cronistas falam de “*enfeitar*” as construções, remetendo-nos para um *aggiornamento* à guisa dos Medici, dos Sforza ou dos Este, não esqueçamos, porém, que os seus testemunhos dão voz tardia aos coleccionadores, procurando naturalmente equiparar o sentido das colecções portuguesas às mais cobiçadas da Europa.

Apesar de inconclusivos, estes factos encerram a virtude de nos assegurar que a dupla concepção dos *spogli*, de que falávamos há pouco, também coexiste indissociável no mesmo objecto. É disto que Resende dá conta quando fala da “*sua graça & maiestade, per que de todos se faz têer en reuerencia*” [fl. 4v-5]. Será ainda esta dupla concepção que permitirá a assunção dos materiais arqueológicos como peças-chave no cenário do teatro do poder, com a finalidade de as associar à representatividade política, seguindo um filão cultural que vem engrossando através de outras acções émulas do Antigo. Dentre estas, podemos salientar a divulgação de inscrições latinas em feição clássica nas fachadas de obras públicas escolhidas, uma acção na qual André de Resende também será protagonista.

Confirmando-se os valores históricos e culturais das antiguidades no texto de André de Resende, tudo parece, até agora, sublinhar o vazio da apreciação sensível do autor. No entanto, este aparente ignaro juízo estético salva-se de modo surpreendente por apreciações qualitativas de certas inscrições lapidares. O gosto pessoal do autor pende para as latinas, como aquele “*elegante letreiro*” descoberto junto das casas de Sertório [fl. 9v]. E entre as “*duas pedras que na see de Lisboa stã*”, André de Resende prefere claramente a “*mais antiga e de melhor letra que sta aa porta do sol*” [fl. 33-34]. Os letreiros que registam o passado mais recente da cidade, “*de leteras ja barbaras e mal fectas*”, estimam-se apenas por “*daren testemunho de nossa antiga christandade*” [fl. 24].

A verdade é que este interesse pelo lado estético da grafia se manifesta com certa veemência no mundo prático de Resende. Sabe-se do cuidado extremo que o humanista votava à composição gráfica e tipográfica das obras que mandava imprimir, denunciando uma natural sensibilidade à tipografia enquanto veículo de transmissão de valores

---

<sup>41</sup> MOREIRA - *Op. cit.*, p.240.

<sup>42</sup> Para mais desenvolvimentos sobre D. Afonso, vd. MOREIRA - *Op. cit.*, pp. 219-223.

<sup>43</sup> “*Acharamsse duas outras pedras escriptas de muy boas letras na antiga muralha de Sertorio junto a Igreja de S. Vicente, as quaes fez levar para a Quinta, chamada de Valverde, o Cardeal D. Affonso filho del Rey D. Manoel, Sendo Governador do Bispado de Evora, e querendo per todas as vias enfeitar aquella mui viçozo retiro; onde ora se vem no pateo dos Paços, assentados sobre bases de mezurada fabrica.*” VASCONCELLOS – *Op. cit.* in FARINHA – *Op. cit.*, fls. 79-80.

estéticos<sup>44</sup>. A tais cuidados somará, com o passar dos anos, uma actividade de rigoroso compositor textual e gráfico de epitáfios e letreiros latinos, os quais fará talhar em bom mármore alentejano segundo os modelos da Antiguidade. A verdade é que terão sido a observação directa dos materiais arqueológicos, o seu estudo e a apreciação da sua dimensão estética, a principal auto-pedagogia que o guiará nesta *imitatio*<sup>45</sup>. Como boa parte destes mármore incisos por Resende deu curso a encomendas proeminentes, vendo-se aqui e além incrustadas em locais públicos em jeito de celebração ou memorial – refira-se a fachada das igrejas de Santo Antão e da Graça, ambas em Évora, ou as arcas tumulares de D. Manuel e D. João III, no Mosteiro de Belém -, isto significa que aquela estética determinada passou a dignificar actos públicos solenes, do Estado ou da Igreja, isto é, que se tornou modelar. Convenhamos ainda que o reconhecimento universal desta mesma beleza foi em si mesmo impressivo do ponto de vista artístico, ou não fossem estes exercícios de *imitatio* aproveitados para ornar muitas fachadas dos mais nobres edifícios públicos da cidade, revelando um generalizado e perdurável gosto pela nova estética antiquizante, também ela expressa pela grafia<sup>46</sup>. Com isto, vemos subitamente alentar-se a tal medida preservacionista na recolha de cipos e letreiros de mármore para lá de meros testemunhos históricos, pois o reconhecimento da certa beleza harmónica dos cristalinos caracteres romanos, há muitos séculos incisos por cuidadosos lapicidas, é igualmente protectora de uma desaparecida civilização superior.

### 2.3. Da protecção patrimonial

Para lá do debate generalizado a que se vinha assistindo entre os humanistas transalpinos sobre a preservação patrimonial, em luta constante contra a redução a pó dos mármore antigos pelos forneiros de cal ou os construtores dos novos edifícios papais, emergem várias medidas protectoras daqueles vestígios, ainda na primeira metade de Quatrocentos. Contudo, estas medidas nem sempre foram eficazes, obtendo-se muitas vezes resultados contraditórios, oscilantes entre a ética da protecção e os valores económicos em jogo. O pior é que a má lição vinha quase sempre do sancionador: Eugenio IV (1431-47), por exemplo, ordenou protecção para o edifício do Coliseu, mas continuou a usá-lo como pedreira para as obras papais; não obstante a protecção do seu antecessor, Paulo II continuaria a retirar-lhe material, causando a sua parcial ruína.

Foi Pio II (1458-64), o papa Piccolomini, o primeiro a publicar uma bula versando especificamente a preservação dos vestígios antigos, a *Cum almam nostram urbem* (28 Abril de 1462), documento histórico que enfatiza a necessidade de manter e preservar edifícios eclesiásticos ou estruturas antigas que cobrissem sepulcros e relíquias de santos. Mais tarde, Sixto IV (1471-84) lançaria a bula *Quam provida* (25 Abril de 1474) contra a destruição e prejuízo

---

<sup>44</sup> Resende chegaria a aludir à má competência tipográfica da oficina que imprimira a sua *Oratio Pro Rostris* em 1534 (Lisboa, Germão Galharde) no prólogo da própria obra, dirigido a D. João III. Note-se, no caso da História, a realização de índices onomásticos e ideográficos, mas também o cuidado notável na escolha dos tipos utilizados na composição.

<sup>45</sup> Esta *imitatio*, processo consentâneo com os desenvolvimentos culturais europeus do momento, nem sempre foi bem entendida pelos coetâneos de Resende, chegando algumas vezes a ser apelidada de verdadeira fraude. Não sem razão, faziam acusações sérias ao autor, decorrentes, em menor parte, da perfeição dos resultados textuais ou formais, do que fruto da sua oportunidade politico-cultural. É célebre a querela entre André de Resende e D. Miguel da Silva, em que este último denuncia abertamente a contrafacção de letreiros pseudo-antigos por André de Resende, expressamente realizados para o convencer da veracidade da autoria sertoriana do aqueduto da água da Prata e convencer a refaze-lo..

<sup>46</sup> Urge neste ponto questionar: em que medida terão contribuído os vestígios romanos que Resende enumera perante os seus leitores para o reconhecimento, não já do valor histórico daqueles materiais, mas da sua lição estética? Um indicador fiável seria, por exemplo, verificar se a par de um crescendo no interesse pela antiquária e a tomada de medidas preservacionistas destes materiais, existiria uma mesma procura em estudar e guardar memória das próprias construções de onde se arrancavam essas lápides.

dos edifícios eclesiásticos antigos, ou a remoção de partes destes, a qual se veria confirmada mais tarde por Julio II (1503-12). A conservação aparecia assim estreitamente associada ao Cristianismo, sendo este, à data, o argumento decisivo para a protecção.

No dobrar do século XVI, com o acelerar dos estaleiros romanos pelo catalítico ouro americano, reacender-se-à a crítica sobre as perdas na destruição de ruínas, bem como o debate sobre as medidas protectoras a tomar. Raffaello Santi (1483-1520) reúne-se com o seu círculo para redigir uma carta a Leão X (1513-21), descrevendo a corrente destruição dos monumentos históricos. Nela se reclama a grandeza do mundo que representam, o seu valor como testemunhos do passado italiano, ainda como modelos para novas e magnificentes construções ao serviço da semente sagrada da paz e dos princípios cristãos. Acima de tudo, clama por medidas urgentes para proteger tal herança. Com isto, Raffaello Santi foi nomeado “Prefeito dos Mármore e Pedras de Roma” por breve de 15 de Agosto de 1515, sendo que todas as escavações e pedreiras na cidade, ou na sua coroa de 10.000 passos, lhe deveriam ser reportadas num máximo de três dias após o início laboral. Garantia-se por este modo, pela eleição daquela figura tutelar, coerência no uso dos materiais de foro arqueológico sem maior prejuízo dos mesmos<sup>47</sup>.

Se o texto resendiano documenta inequivocamente a intenção camarária de inventariar os bens que menciona, e ainda o seu lançamento em tombo, já nada diz acerca de iniciativas de qualquer calibre para os proteger. Consonantes com aquela encomenda, lembremos o exemplo do *De varietate fortuna*, publicação de 1431 realizada por Poggio Bracciolini e Flavio Biondo. Trata-se do primeiro catálogo, inventário e conceptualização descritiva das ruínas de Roma, que os autores pretendiam salvar pela memória já que então eram engolidas a olhos vistos pelo crescimento da cidade. Quase um século mais tarde, em 1527, Andrea Fulvio e Mario Fabio Calvo, ambos do círculo de Rafael, também publicaram, por razões algo parecidas, estudos enumerativos das antiguidades de Roma. Porém, ao contrário destes testemunhos, os próprios lamentos de Resende pela destruição da materialidade da história não chegam a incluir a perda de edifícios antigos, ficando-se por certas queixas exaradas na *História* acerca da destruição ignorante de cipos e lápides, cujos fragmentos se embebem, às vezes mutilados, em novas construções. Dentre estas, é conhecido o episódio em que o nosso humanista se empenha no resgate de um epitáfio à fúria construtiva dos alveneis, os quais o usaram como *tout-venant* nos alicerces da nova fábrica da igreja dos Gracianos<sup>48</sup>. Com isto o trabalho português entende-se melhor, mais ainda ao analisarmos a tipologia dos bens da cidade que André de Resende efectivamente tombou, quer por via directa do pedido camarário (que desconhecemos), como livre fruto da sua própria consciência de antiquário. Neste particular, observa-se que o rol do texto consagra inequivocamente os testemunhos epigráficos em termos quantitativos, o que não surpreende, visto as colecções de *spogli* de Resende e do seu círculo demonstrarem uma clara preferência, ou até exclusividade, pela salvaguarda destes materiais.

Tal facto não deixa de tisonar-se de uma nota de contemporaneidade. Em Roma, a reutilização de materiais provenientes de edifícios antigos continuava a ser prática corrente, a despeito das medidas protectoras já mencionadas. Todavia, o mesmo breve de Leão X acima referido fazia menção especial àquilo que em latim era chamado “*monumenta*”, isto é, inscrições, memoriais ou monumentos, derivados do verbo “*moneo*”, ou seja, cuja função seria a de “lembrar”, “advertir”, “sugerir”. Neste documento, os vestígios clássicos que contivessem inscrições eram considerados portadores da memória do passado histórico, e ainda importantes para o conhecimento e cultivo da língua latina. Proibia-se, por conseguinte, a destruição de qualquer inscrição lapidar Antiga, devendo estas ser

<sup>47</sup> Sobre esta matéria seguimos JOKILEHTO – *Op. cit.*, pp. 29-34 e CHOAY – *Op. cit.*, pp. 45-50.

<sup>48</sup> “*Ho segundo epithapho he de Cecilio volusiano, [...] : quomo paresse per esta memoria que foi achada em hos fundamentos de nossa senhora da graça [...] : e quando eu acudi, tinham ja os pedreiros hũo pedaço della quebrado e posto na obra sen ho resguardar : de modo que ho non pude haver.*” [fl. CV-CVv.].



salvaguardadas<sup>49</sup>. Estes factos, se vêm lançar outra luz sobre a preferência de Resende pelos monumentos epigráficos, elaboram uma perspectiva que parece colocar a sua *História da Antiguidade da Cidade de Évora* numa posição especular face à *Epigrammata antiquae urbis*, obra publicada por Jacopo Mazochio em 1517. Este autor dispunha de um privilégio septnário do mesmo papa que o autorizava a publicar, em exclusivo, qualquer estudo epigráfico ou inscrição desses *monumenta* romanos, entretanto recolhidos dos estaleiros da cidade. Com esta obra, Jacopo Mazochio dava a conhecer no mercado editorial a primeira lista dos monumentos protegidos de Roma – os epigráficos –, ainda que os articulasse com os seus mais significativos edifícios clássicos: templos, *fora*, arcos, portas de cidade, pontes, o obelisco do Vaticano, aquedutos, o Castel Sant'Angelo e a pirâmide de Cestius, entre outros. Parece-nos a este título de todo o interesse notar que seria uma edição de 1521 dos *Epigrammata* de Mazzocchio a que viria a servir a Francisco de Holanda, discípulo de André de Resende no que toca à Antiquária, como guia arqueológico na sua visita de estudo a Roma, iniciada em 1538<sup>50</sup>.

A produção teórica sequente à *História* de André de Resende poderia ser um indicador fiável da sua influência ao nível das práticas correntes de salvaguarda do Património. Torna-se aqui significativo notar que o texto resendiano, apesar de ornamentado por sugestões políticas a adejar em torno do rei, mas dirigindo-se também às esferas do conhecimento, nestas últimas não tenha encontrado, aparentemente, quaisquer ecos imediatos. No que diz respeito à actividade editorial, só cinquenta anos mais tarde, com Diogo Mendes de Vasconcelos, haverá uma actualização das informações arqueológicas da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Ainda assim, estas revelar-se-ão altamente tributárias das primitivas articulações de Resende e só muito pontualmente acrescentam notícia de novos achados, pouco contribuindo, por isso, para a consciencialização colectiva do interesse nacional pela Arqueologia. O próprio André de Resende deixaria por publicar, à data da sua morte, o *Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, a sua obra mestra de sabor arqueológico, a qual só viria a ser impressa em 1593 por iniciativa do discípulo Diogo Mendes de Vasconcelos<sup>51</sup>. No entanto, aquela pública demonstração de amor pela estética do Antigo a que já fizemos menção, concertada em várias frentes<sup>52</sup> e sempre tutelada pela família real, resultaria numa acção pedagógica massiva, eventualmente protectora dos vestígios arqueológicos.

Na data em que Resende escreve, as grandes tensões de requalificação que a cidade de Évora vinha sofrendo, ao rubro durante as obras do Aqueduto da Água de Prata, acompanharam sempre as reivindicações políticas consentâneas do Estado, do Senado da Câmara, ainda do Cidadão. Na esteira destas renovações verifica-se, ao olhar a cidade Quinhentista, que aqueles mesmos “monumentos” a que nos referíamos no capítulo anterior se tornaram importantes pólos de renovação urbana. Tal facto decorrerá directamente do entendimento daquilo que os mesmos encerram de seminal, da sua importância enquanto veículos portadores de sentidos latos que se pretendiam recuperar pela reconstrução de uma memória, entretanto delida pelo tempo. Poder-se-à objectar que a correspondência entre estas polaridades “monumentais” e o texto de André de Resende se corporize apenas em meia dúzia de menções que quase passam despercebidas; no espaço urbano, contudo, verifica-se sem surpresa que assinalam velhas e novas centralidades urbanas, funcionando esses “monumentos” como elementos singulares veneráveis no colectivo social e, por concomitância, estruturantes do espaço público. Tais serão alguns casos singulares, como o da Praça do Peixe, rebaptizada Praça “de Sertório” por altura daquelas obras. Com este gesto destronou-se a prosaica função medieval do primeiro nome para o ancorar no passado lendário da cidade tal como a *História* de Resende o assenta. Como serão

<sup>49</sup> Vd. JOKILEHTO - *Op. cit.*, p. 33.

<sup>50</sup> Volume da biblioteca do Doutor Luís Teixeira, conselheiro e ideólogo régio, antigo discípulo de Angelo Poliziano em Florença [MOREIRA – *Op. cit.*, p.234 e nota 56 da pág. 235].

<sup>51</sup> Outras edições: Roma, 1597; Colónia, 1600 e 1613.

<sup>52</sup> Uma das quais é o restauro arquitectónico, que abordaremos em outra ocasião.

ainda exemplares, nesta mesma praça, os cuidados de repristinamento das “casas” daquela mítica figura heróica – o Palácio de Sertório -, iniciados na década de 40 de Quinhentos pelo seu proprietário. Ou ainda as operações de limpeza e desimpedimento da cerca romana, empreendidas na mesma altura e no mesmo local<sup>53</sup>.

Acima destes exemplos, o caso paradigmático dos restauros eborenses continua a ser o Aqueduto. Imediatamente preservado devido ao seu aspecto memorial, que a *História* de Resende quer reter e usar como estímulo a uma transformação da cidade concertada com o poder político, também lhe é acrescentado um esmagador “valor de uso”<sup>54</sup> ao ser-lhe restituída uma função perdida. Assim, temos no aqueduto uma estrutura arqueológica que perpetua a memória (enquanto construção “sertoriana”), que se vê resgatada ao uso no seu tempo (enquanto rede infra-estrutural), assumindo ainda uma singular importância na contemporaneidade, porque dotada de novos e enriquecedores sentidos que preenchem a agenda política do momento. Uma moderna concepção destas heranças materiais onde a ligação do Património ao passado se faz por uma sua contínua reintreptração no presente, não dispensando (como geralmente acontece no caso especial do edificado) a sua manutenção funcional ou adaptação a novos usos.

Note-se, porém, ao nível das manifestações colectivas de salvaguarda, que o expediente “expositivo” utilizado para a conservação dos materiais arqueológicos “móveis” em propriedade privada está ainda longe de documentar a emergência do entendimento destes vestígios como *res publica*. Este parece dar-se localmente apenas no segundo reinado filipino, com as medidas urbanísticas de Filipe II para a Praça Grande de Évora:

*“Itt. E Para, que se não perdesse a memoria assy da primeira, e antiga trazida // desta Agoa a cidade per ordem de Sertorio como dareedificação, e restauraçam // della por mandado por mandado [sic] do ditto Rey [D. João III] mandey que as pedras, que ficaram dos Romanos / que falão em Sertório, e no aqueducto, e na antiguidade, e nobreza da cidade // fossem tiradas de lugares particulares donde estavam encubertas, e restituídas á // praça publica onde hora estão, e mande, que se pusesse, outra pedra na qual se fi // zesse menção da restituição, e reedificação, que o ditto Rey fez, e outra da mes // ma maneira, porque conste do tempo em que eu isto ordenei...”<sup>55</sup>.*

A trasladação destas pedras “de lugares particulares donde estavam encubertas” e a sua restituição (é o verbo utilizado) “á praça publica” serão reveladoras do valor cultural e patrimonial, no sentido de herança colectiva que, nesta data, já se reconhece a tais vestígios enquanto portadores de memória. E este reconhecimento é o protector por excelência das acções “vandálicas” tão temidas por Resende. Temos ainda, ao que tudo faz crer, uma proto-musealização desses materiais num pioneiro esforço de democratização da cultura, mas que não deixará de ser, ainda nesta época posterior, também ela uma exibição pública do poder, uma *celebratio* que faz uso inteligente do espaço público, do valor urbano-social da Praça e, sobretudo, da aura simbólica imprimida pela pátina do tempo àqueles materiais. O expediente expositivo, esse seguiria ainda, e por longos anos, a moda do “fachadismo” a que já aqui se fez menção.

<sup>53</sup> Assunto a ampliar em publicação próxima.

<sup>54</sup> Utilizando um termo de Alois Riegl.

<sup>55</sup> CME, *Regimento das Fontes Aqueducto, / e fabrica da Agoa da Prata da Cidade / d’Euora, reformado, e acrecentado por / El-Rey Dom Philippe segundo nosso / Senhor. NO ANNO DE M. D. C. VI. Apud ESPANCA, Túlio – O Aqueduto da Água da Prata, Cadernos de História e Arte Eborenses*, I. Évora: Livraria Nazareth & Filho, Lda., p. 35.